

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.023.560 - PR  
(2016/0312856-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE** : **SUPPORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **GLÁUCIO ANTÔNIO PEREIRA - PR027218**  
                  **GLÁUCIO ANTONIO PEREIRA FILHO - PR035229**  
**EMBARGADO** : **LAWRENCE INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**EMBARGADO** : **RABKIN INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ANDRE LUIZ BETTEGA D'AVILA - PR031102**  
                  **GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA DE ALMEIDA E OUTRO(S) -**  
                  **PR027112**  
                  **FREDERICO RICARDO DE RIBEIRO E LOURENCO -**  
                  **PR029134**  
                  **RENÉ TOEDTER - PR042420**  
                  **HÉLIO CARLOS KOZLOWSKI - PR048926**

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por **SUPPORT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 1.163/1.166, e-STJ) que negou provimento ao agravo em recurso especial.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 1.170/1.173, e-STJ), a parte embargante aduz existir omissão na decisão embargada, sob o argumento que "não se limitou a simplesmente citar passagens de artigos legais, de forma que de todo resta obstaculizada a aplicação da Súmula 284/STF".

Assevera, ainda, que "não há que se falar em óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ, por necessidade de revolvimento do material probatório". Afirma, nesse contexto, que as questões relativas à ofensa do art. 47 do CPC/73 são exclusivamente de direito.

Impugnação apresentada às fls. 1.176/1.178, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração não merecem acolhida.

**1.** Com efeito, nos estreitos limites do artigo 535 do CPC/1973 e artigo 1.022 do CPC/2015, o recurso de embargos de declaração objetiva somente suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado, como pretende a parte embargante.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. CARATER PROTETÓRIO. MAJORAÇÃO DA MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

**1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73, e 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente. 2. Os embargos de declaração não se prestam à**

manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado. 3. Inexistindo a alegada omissão no acórdão embargado, mostra-se incabível o acolhimento dos aclaratórios. Precedentes. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg na PET no CC 133.509/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 18/05/2016) [grifou-se]

No caso, as razões dos embargos revelam tão somente o intuito de reapreciação das questões já decididas e a sua insatisfação com o resultado do julgado, o que não se admite com a objetividade do recurso manejado.

Nota-se, assim, que a parte embargante pretende, na verdade, a revisão da decisão embargada no tocante à aplicação dos óbices recursais da Súmula 284/STF, em face da deficiência das razões recursais; e da Súmula 07/STJ, em razão da necessidade de revisão de matéria fática para o acolhimento da pretensão recursal.

Esclarece-se, por oportuno, que tocante à aventada violação aos arts. 104, 986 e 990 do CC, que a parte recorrente apenas mencionara, genericamente, nas razões recursais do especial, os dispositivos legais tidos como violados, sem ter particularizado os pontos em que, de fato, teriam havido afrontas praticadas pelo acórdão hostilizado, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

Já no tocante à alegada afronta ao art. 47 do CPC/73, verifica-se que o Tribunal de origem, com base na análise dos elementos fáticos e probatórios delineados nos autos, afastou a preliminar de nulidade da sentença por ausência de constituição de litisconsórcio passivo necessário entre a empresa ré, ora recorrente, e as empresas Pirâmide Investimentos Imobiliários Ltda e Apoio Consultoria e Assessoria.

Confira-se, a propósito, a fundamentação do acórdão recorrido (fls. 998, e-STJ):

Na ação com pedido de reconhecimento e dissolução de sociedade comum, não é litisconsorte passivo necessário outras empresas que auxiliariam na execução do empreendimento comandado pelos sócios da sociedade comum. O resultado da demanda reconhecimento de sociedade comum e sua dissolução - não projeta qualquer efeito ou reflexo nas sociedades empresárias regularmente constituídas e que somente atuariam na execução parcial do empreendimento comandado pela sociedade comum e os seus respectivos sócios.

De tal modo, que para se rever o entendimento do Tribunal de origem, quanto à inexistência de litisconsórcio passivo necessário, demandaria, inevitavelmente, o exame do contexto fático-probatório dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AMBIENTAL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ART. 249, § 1º, DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ART. 47 DO CPC. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem não se manifestou sobre a alegação de que incabível a aplicação do art. 249, § 1º, do CPC àquele que não é parte nos autos, tampouco foram opostos, no ponto, embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento,

incide o óbice da Súmula 282/STF.

**2. Nos termos do art. 47 do CPC, a formação do litisconsórcio passivo necessário depende de imposição legal ou da natureza jurídica de direito material discutida, de modo que os litisconsortes componham relação única e incindível que determina um julgamento uniforme para todos.**

**3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, pois demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.**

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(**AgRg no Ag 1403108/PR**, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015) (grifou-se)

Ressalta-se, nesse contexto, que a mera alegação de afetação reflexa do direito de terceiros não tem condão de caracterizar a formação do litisconsórcio necessário, se não estiverem presentes os requisitos do artigo 47 do CPC/73, o que não restou reconhecido pelas instâncias ordinárias.

Sobre o tema, *mutatis mutandis*, veja os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. PREVENÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO. SENTENÇA. EFEITOS. TERCEIROS. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. SUSPENSÃO. PRAZO CONTESTAÇÃO. REVELIA. EFEITOS.

1. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

2. A ausência de decisão sobre os dispositivos legais supostamente violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Prejudicada a análise da incompetência absoluta e prevenção do juízo da ação civil pública proposta pelo Movimento Unido Vascaíno, diante do trânsito em julgado da sentença que a extinguiu sem julgamento do mérito, por superveniente falta de interesse processual.

4. Inexiste ofensa ao art. 535 do CPC ou negativa de prestação jurisdicional, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos.

**5. A decisão que anula a eleição do conselho deliberativo do Clube de Regatas Vasco da Gama - CRVG, determinando a realização de um novo pleito, no qual apenas os eleitores em situação regular poderão votar, atinge os recorrentes apenas de maneira reflexa, não se justificando o litisconsórcio passivo necessário.**

**6. A análise dos efeitos da decisão deve ser feita tendo-se em mente a distinção entre a autoridade da coisa julgada e a eficácia da sentença. Na hipótese, a despeito de a decisão produzir efeitos em relação a terceiros, a imutabilidade do provimento limitar-se-á às partes, ficando facultado àqueles discussão posterior acerca da sentença prejudicial ao seu interesse jurídico.**

7. A decisão impugnada não sujeita sua eficácia a qualquer evento futuro ou incerto. Não se condicionou a decisão à validade da listagem de eleitores apresentada pelo CRVG em 04.10.2006, nem se perquiriu sobre o fato de ela estar, ou não, sendo objeto de discussão em outra ação judicial. Apenas admitiu-se referida lista como válida e apta a ser utilizada no novo

pleito, conforme pedido do autor.

8. A simples oposição de exceção de incompetência, independentemente de seu recebimento pelo magistrado, é ato processual apto para produzir a suspensão do processo, a não ser que haja indeferimento liminar da exceção de incompetência.

9. Nos termos da Súmula 235/STJ, a conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado.

10. Inviável a análise do dissídio jurisprudencial, porque entre os acórdãos trazidos à colação pelos recorrentes não há comprovação da similitude fática, elemento indispensável à demonstração da divergência.

11. Recursos especiais conhecidos em parte e, nessa parte, não providos. (REsp 1171404/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/09/2011, DJe 29/09/2011) (grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE OBRA. DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. NULIDADE DA SENTENÇA. INEXISTÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Dissentir da conclusão do acórdão recorrido, acerca da existência de desequilíbrio econômico-financeiro em contrato de obra pública demonstrada em prova técnica pericial, para concluir que os aumentos quantitativos foram devidamente compensados pela quitação dos reajustes de preços, implica a inevitável necessidade de perflustrar as cláusulas contratuais, bem como de empreender incursão no acervo fático-probatório, providência incompatível na via do especial, em face dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

**3. Esta Corte Superior, ao apreciar caso de ingresso de agência reguladora como parte litisconsorcial em demanda proposta contra concessionária de telefonia, entendeu que a mera possibilidade de o resultado da lide produzir efeitos reflexos sobre a agência "não a qualifica como parte, legitimando-a, quando muito, a interferir na demanda como terceiro interessado"** (REsp 959.393/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 17/02/2012).

4. Hipótese em que a postura do Tribunal cearense aproxima-se daquele raciocínio, porquanto reputou dispensável a formação de litisconsórcio passivo necessário entre a sociedade de economia mista estadual e o ente estatal, prestigiando a autonomia das relações do ente privado com terceiros e o caráter "subsidiário e acidental" da eventual responsabilidade contratual do Estado do Ceará.

5. Prevalece nesta Corte o entendimento de que o magistrado, como destinatário final das provas, pode, com base em seu livre convencimento, indeferir ou deferir aquelas que considere dispensável ou não à solução da lide, sendo inviável, em recurso especial, "rever se determinada prova era de fato necessária, porquanto tal procedimento é vedado pela Súmula 7 do Tribunal." (AgRg no AREsp 604.807/PI, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 01/04/2016).

6. Caso em que, ancorado no "amplo poder instrutório do juiz" e no "princípio do livre convencimento motivado", a Corte a quo afastou eventual nulidade no julgamento antecipado da lide por entender que "o julgador é livre para dispensar as provas que entende desnecessárias para o deslinde da causa", considerando que, na hipótese, a prova testemunhal era "de todo dispensável, diante da farta prova documental anexada", bem como da "elaboração de três laudos técnicos por diferentes peritos judiciais durante o decorrer do feito".

7. Devidamente justificada pelo julgador a escolha de uma das três provas técnicas produzidas, descabe falar em nulidade da sentença por ausência de motivação.

8. Agravo desprovido.

(AgInt no AREsp 231.171/CE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 25/11/2016) (grifou-se)

Não se verifica, portanto, qualquer omissão na decisão embargada a justificar o acolhimento dos aclaratórios.

**2.** Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator